



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 01/2013

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

27 de fevereiro de 2013

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Francisco da Silva António

2º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2. Regulamento do Sistema de Alcoolemia;**
- 3. Análise do relatório da CPCJ 2012;**
- 4. Designação dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ;**
- 5. Compromissos assumidos no âmbito da autorização prévia aprovada pela A.M. em 28/09/2012 (Lei dos Compromissos).**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Manuel Paulo de Almeida da Silva, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Carlota Maria Garibaldi Serrão Mora, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Marta Tavares, Francisco da Silva António, Pedro Miguel Matos Carreira, Luis Patrão Salgueiro, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Fernando Teresa da Silva. -----

Estiveram presentes os Senhores, Presidente e Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco e Pedro Duque. -----

Não esteve presente o Senhor deputado Manuel José dos Santos Serras.-----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo ter saído um estudo da Universidade da Beira Interior, que colocou o Sardoal, ao nível da qualidade de vida, sobre diversos parâmetros, como o segundo concelho do distrito de Santarém e como o trigésimo nono de Portugal continental. Para si, todos os estudos terão os seus pontos fracos e pontos fortes e o concelho não pode deixar-se de regozijar por esse facto, porque um concelho do interior com as dificuldades que um concelho do interior tem e com todas as limitações que todos conhecem, não se pode deixar passar em claro esta situação. Pelo que viu, este é um estudo muito credível que tem inclusivamente em conta a própria taxa de execução dos orçamentos camarários, tendo muitos fatores tomados em linha de conta e que coloca o concelho num lugar que pode encher todos de orgulho e que, na sua opinião, não foi devidamente salientada pela imprensa regional. O concelho que está à frente do Sardoal é o concelho de Constância, que foi muito badalado, mas não se falou do concelho de Sardoal, que também merecia o seu destaque. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que não iria falar sobre este assunto mas sim queria colocar algumas questões, nomeadamente, a carta dirigida pelo chefe de gabinete do Senhor Presidente, ao Senhor Vereador Pedro Duque, questionando se o Senhor Presidente já se tinha ou não demarcado do conteúdo da mesma, e, não se tendo demarcado, presume, e aliás, não resta outra alternativa senão concluir que o Senhor Presidente subscreve inteiramente o que foi escrito e, dessa forma, pergunta se concorda ou não com o que foi escrito e, se durante o resto do mandato irão acontecer mais episódios destes que considera serem lamentáveis. Continuou referindo-se a alguns pontos que têm demonstrado sinais do desgoverno a que se está a chegar, estava inclusive agendado numa primeira missiva que tinha sido enviada, sobre o regulamento de alcoolémia e esteve mesmo para ser discutido em reunião de Câmara Municipal, como entretanto a Câmara Municipal foi lembrada, este regulamento já tinha sido aprovado em outubro de 2008, curiosamente por unanimidade, supostamente pretendia o Senhor Presidente voltar a aprovar um regulamento exatamente igual, sem que o outro sequer, eventualmente se tenha aplicado alguma vez. Por outro lado, em relação ao PDM, foi também informado nos últimos dias, através dos Vereadores que representam o Partido Socialista, na Câmara Municipal, que afinal, depois de tantas sessões a perguntar qual era o ponto da situação do PDM, o que é que está ou não feito, percebe-se agora que efetivamente e, com a empresa que teoricamente ou na prática, está a trabalhar neste projeto, teoricamente a Câmara nem sequer tem um contrato, até porque, segundo foi informado, esteve para ser aprovado ou foi proposta a aprovação recentemente, de um acordo de cessão de posição

contratual, entre a primeira empresa que foi contratada em 2005 e que tinha um contrato para em 12 meses e, contra o pagamento de 40 mil euros, rever o PDM ou pelo mesmo fazer uma grande parte deste trabalho. Afinal em 2011, a Câmara Municipal recebeu então um pedido para que fosse feita uma cedência de posição contratual e, só em 2013 é que a Câmara Municipal remete este assunto a reunião de Câmara Municipal. Este assunto preocupa-o muito, porque o PDM, no seu entendimento, é um documento fundamental para definir a estratégia a desenvolver no município e a definir o que se vai fazer para o futuro e, afinal, nem sequer existe contrato com qualquer empresa que possa ajudar, esperando que o Senhor Presidente desta vez tenha resposta para dar às questões que lhe foram colocadas há alguns dias, o que é que está feito, o que é que foi pago à empresa com quem a Câmara tem um contrato em vigor. -----

Continuou o Senhor deputado referindo que tinham sido informados os Senhores Vereadores que, neste tempo de crise, e no mês de fevereiro, que vai ser para quem trabalha, um dos meses onde se vai sentir esta crise no seu rendimento mensal de uma forma bastante abrupta, que mais uma vez e, este ano, a Câmara vai voltar a fazer as viagens à Eurodisney e a Barcelona, supostamente as expensas da Câmara. Sabe-se que é ano eleitoral, mas questiona se fará sentido neste tempo que corre, estar a gastar-se dinheiro, custando-lhe chamar investimento pois trata-se de um passeio, poderá ter algum cariz cultural mas parece-lhe que são férias, basicamente.-----

Para terminar, referiu querer relembrar ao Senhor Presidente da Câmara, que em 2009 tinha feito algumas promessas eleitorais e que até hoje, salvo melhor opinião, cumpriu zero. Graças a Deus, por propostas do PS e muitas propostas foram feitas, mas houve uma ou outra proposta que até estava no programa eleitoral do PS e que o executivo PSD diz que vai cumprir. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, começando por responder ao Senhor deputado, precisamente à primeira questão colocada, dizendo que o Senhor Mário Jorge de Sousa é seu chefe de gabinete mas que o Senhor Presidente não é seu dono. O Senhor Mário Jorge é livre de exercer um direito de cidadania que é defender-se ou não, considerando entenda se está ou não a ser insultado na sua dignidade pessoal e profissional. A carta é particular e não tem nada a ver com a Câmara Municipal, na medida em que é dirigida por um chefe de gabinete, é verdade, a um vereador, de forma particular, sem que a Câmara tivesse intervindo no processo. Mais tarde é que o Senhor Vereador solicitou que fosse agendada a discussão da mesma, em reunião de Câmara, tendo entendido que não deveria agendar a mesma, na medida em que era um assunto pessoal que teriam de resolver e, os assuntos pessoais resolvem-se nos tribunais e não na Câmara Municipal. Esta é a posição do Senhor

Presidente da Câmara. Referiu ainda não ter de tomar posições pelo seu chefe de gabinete e nem o seu chefe de gabinete terá de tomar posições pelo Presidente da Câmara. -----

Sobre o Regulamento de Alcoolémia, referiu que este processo vai à próxima reunião de Câmara e não se alongará muito sobre o assunto, pois implicaria que falasse de funcionários e não o deve fazer sem que o assunto passe pela reunião de Câmara. O documento a ser analisado será o mesmo e os Senhores Vereadores na Câmara, no direito que têm, aprová-lo-ão ou não. -----

Continuou o Senhor Presidente, referindo-se ao PDM, que foi entregue aos senhores Vereadores, na altura, a posição atual em termos de pagamento e de contrato que está a ser feito com a empresa que supostamente teria já concluído e, tinha tido tempo para concluir, o trabalho para o qual estava contratada e, como se sabe o senhor morreu, era um a pessoa determinante naquela empresa, e agora, é uma questão de bom senso e de equilíbrio, ter-se alguma atenção na transmissão e na forma como se irá fazer a passagem para outra empresa, ou o que se vai fazer a seguir. O processo está entregue ao advogado e, quando foi agendado para a última reunião, poderia ter sido tomada uma posição, não foi, mas espera que na próxima reunião de Câmara, o assunto seja de novo considerado e que os Senhores Vereadores se possam pronunciar. -----

Relativamente às viagens, as mesmas são um projeto que este executivo abraçou desde o início que foi para a Câmara e, são feitas há já muitos anos, não sabendo se no futuro serão feitas, e defende-as porque entende que é uma forma de ajudar os jovens na sua formação, ajudá-los a crescer enquanto pessoas e enquanto cidadãos. A Câmara entende que o facto de se poder levar os jovens a viajar pela Europa e, ao contrário do que foi dito na Câmara Municipal, a viagem tem como ponto principal a visita às praias da Normandia onde se deu o desembarque das tropas aliadas durante a segunda guerra mundial. As pessoas privilegiadas, aqueles que podem viajar e, no Sardoal não sabe se haverá muitas pessoas que tenham vencimentos que lhes permitam isso, sabem que é uma zona rica em documentos históricos, é uma região rica em termos de pessoas e, na convivência com as pessoas, porque elas viveram de muito perto as incidências de uma guerra terrível, eles vão ter a oportunidade de perceber o quanto custou conquistar-se a liberdade na Europa e, pensa que toda a gente que gosta de liberdade, de democracia, sente e deve regozijar-se por poder ajudar os jovens a viverem esses momentos e a encararem-nos com a importância e com o valor que aquilo tem em termos históricos e até de atualidade. Referiu que os senhores deputados têm uma visão diferente, mas que se repararem, este projeto das viagens foi sendo sucessivamente realizado pela Câmara Municipal e o povo de Sardoal foi chamado a votar todos os anos e nunca foi posta a questão das viagens, perguntando se o projeto será assim tão mau não merecendo realmente ser encarado. Os senhores perderam as eleições e, quem

realiza as viagens, ganhou-as. Será que as pessoas são da mesma opinião que os senhores? Os senhores naturalmente não gostam de viajar, mas se calhar já tiveram a oportunidade de lá levar os seus filhos, o que é curioso, os filhos dos outros, os filhos das pessoas que vivem no Sardoal, que trabalham e que lutam, não podem lá ir porque não têm dinheiro para isso, mas se calhar os filhos dos senhores deputados podem ir, porque têm dinheiro para isso. -----

Em relação às promessas eleitorais, referiu o Senhor Presidente da Câmara, é sabido que se vivem momentos muito complicados, é evidente que ninguém mais do que o executivo municipal gostaria de cumprir tudo aquilo que inicialmente estava projetado, esperando que na próxima campanha muitos projetos que não se conseguiram por em execução, voltem a ser objeto de apresentação ao povo de Sardoal e que no futuro os governos de Portugal deixem de fazer os cortes que fizeram durante todo este tempo e que muito especialmente desbloqueiem o QREN, para que se possa ir buscar dinheiro. Acha curiosa a forma como os senhores deputados do PS, apresentam essa situação, porque sabem perfeitamente que o QREN foi atrasado na sua execução, precisamente por causa da crise e depois vêm dizer que a Câmara não fez, sendo evidente que isso não pega em termos eleitorais. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo-se à carta do chefe de gabinete do Sr. Presidente da Câmara, querendo relembrar o Senhor Presidente que ela foi dirigida de facto ao Senhor Vereador Pedro Duque e, na última linha desta carta diz “*desta missiva envie cópia aos restantes membros do executivo municipal*”, portanto, de particular, com esta nuance, não tem anda, ficando-se a saber que o Senhor Presidente, como não se desmarca, subscreve a mesma. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta é a opinião do Senhor deputado, o facto de dar conhecimento aos outros vereadores daquilo que ia fazer, inclusivamente ao Presidente da Câmara, não quer dizer que tenha de tomar uma posição, a pessoa pode escrever a carta que quiser. -----

Interveio o Senhor deputado Mora de Campos, referindo que conhece o Senhor Presidente da Câmara há muito tempo, tendo participado também de um executivo da Câmara Municipal, tendo tido a honra de servir este concelho sob a sua presidência e, nunca no seu mandado e nos outros, aconteceu estas interferências e, gostaria que, julgando que os Senhores deputados do PSD tenham conhecimento do teor que a carta é dirigida ao Exmo. Senhor Dr. Pedro Duque, Vereador da bancada do Partido Socialista, no executivo municipal de Sardoal e depois, referindo-se ao Dr. Fernando Vasco, como este individuo, dirigindo-se ao Dr. Pedro Duque diz o seguinte “*gostaria no entanto que advertisse o tal individuo, seu colega de bancada de que se a verdade dos factos não for reposta me resolvo no direito de fazer ...*” isto e aquilo. Portanto, o “tal individuo”, foi uma fraseologia que, como vereador e como deputado municipal nunca utilizou e corrigiu alguns camaradas, sobre vocativos, adjetivos e

substantivos menos respeitosos, não se podendo admitir a um funcionário de uma autarquia sob a sua direta responsabilidade e não lhe mereça publicamente e nesta Assembleia uma reprimenda, porque não é assim que tratam os vereadores nem os deputados eleitos, esta pessoa foi nomeada e não eleita, os eleitos merecem a máxima consideração, não havendo eleitos de primeira nem eleitos de segunda. Referiu ainda que o Senhor Presidente vai no quarto ou quinto mandato com o apoio e respeito de todos e, acrescentou mais ainda, com uma amizade pessoal desde os bancos de escola e, por isso, gostava que o Senhor Presidente, ainda mais que está em fim de mandato, saísse com toda a dignidade e lisura, com respeito para todos os munícipes, autarcas ou não. -----

Interveio o Senhor Presidente para dizer ao Senhor deputado Mora de Campos que nunca se pode tirar elações quando se fala de um processo e se apresenta só uma das partes. Este processo não começou nessa carta, portanto, deveria ter-se analisado na sua plenitude, no que deu origem a essas cartas, no que efetivamente aconteceu. Não é o Presidente da Câmara que vai dizer aos Senhores Vereadores o que têm de dizer numa reunião de Câmara, nem é o Senhor Presidente da Câmara que diz ao cidadão Mário Jorge o que é que ele tem de fazer a seguir, ele exerce a função e chefe de gabinete do Presidente da Câmara, mas é o cidadão Mário Jorge e, mais uma vez referiu não ter de responder por aquilo que o senhor Mário Jorge, neste caso chefe de gabinete do Presidente faz enquanto cidadão. Se existe um processo realmente grave existem os tribunais, quando as pessoas se sentem ofendidas, vão para os tribunais, entrega-se o processo no Ministério Público e as coisas seguem o seu trâmite, agora, não queiram é julga-lo logo à partida por um assunto que só ele e as pessoas visadas saberão se merece a pena ou não. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo, referindo que esta polémica é por deveras pouco dignificante para esta Assembleia mas, existem duas coisas que considera terem de ser bem esclarecidas, a primeira é que, esta carta é assinada enquanto chefe de gabinete e coordenador do boletim municipal e portanto é tudo, menos uma carta individual, pessoal. É uma carta assinada por uma pessoa, naquela função e depois, ninguém exige ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que tome partido por A ou B, apenas que tome nota do teor desta carta, das considerações que são feitas a propósito de um representante do povo do Sardoal e que são feitas de uma forma não digna por um funcionário, ou melhor, por um individuo nomeado pelo Senhor Presidente da Câmara para chefe do seu gabinete, uma pessoa, supostamente, da sua confiança. Se o Senhor Presidente não acha que estas palavras devam ser censuradas então é porque realmente concorda com o seu teor e isso é muito lamentável porque é um desrespeito, da parte do Senhor Presidente da Câmara, para com o Senhor Vereador. -----

O Senhor Presidente referiu novamente que se continua a analisar um processo na parte final e deveriam saber exatamente o que é que deu origem à carta o porque é que isso aconteceu e depois, se é o caso de julgarem a pessoa ou será que as pessoas não se podem defender. Neste processo em si, não vai dizer se concorda ou não o que acha e quer, aquilo que o Senhor Mário Jorge de Sousa fez e, não pergunte se advoga a forma como foi feito, irá dizer que aquilo que ele fez é legítimo tendo em atenção que foi uma pessoa que se calhar foi ofendida na sua honra e na sua dignidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo ter lido também o estudo da Universidade da Beira Interior e, porque efetivamente é algo que diz bem do Sardoal e do executivo municipal e até da forma como estão a ser geridas, obviamente que seria de estranhar que o Partido Socialista tivesse intervenção dentro deste aspeto, não interessa absolutamente nada, quanto pior, melhor porque efetivamente é assim que se vive infelizmente neste país. -----

Relativamente ao assunto que está a ser colocado e, que está a colocar todos os deputados perante uma evidência que tem de se constituir um tribunal para julgar determinada coisa ou pessoa e, como deputado municipal não tem conhecimento da carta, não sabendo do que se trata nem o regimento o permite que se esteja a acusar ou a julgar pessoas porque não são um tribunal para esse efeito. Existe a justiça neste país e, muito embora ela seja um bocado abandalhada e ande muito fora da justiça, entende que as coisas devam ser resolvidas, entre uma de duas formas, se as partes não se entendem, recorrem à via judicial e lá esclarecem as coisas como deve de ser. Numa situação da sua vida quando se sentiu injuriado e caluniado por um Presidente de Câmara não hesitou nem um segundo em tirar fotocópias das atas e moveu um processo-crime, não só contra o Presidente da Câmara, mas a todo o executivo municipal, porque a proposta tinha sido aprovada por unanimidade e os membros desse executivo municipal de então, da Câmara Municipal de Abrantes, sentaram-se todos no banco dos réus, sem distinção de partidos, porque obviamente era o executivo que estava em causa e foi o executivo que aprovou. Se aqui existe alguma coisa que passe à margem desta Assembleia e, a si, passa-lhe por completo, pois nunca tinha ouvido falar neste assunto e, não pode continuar, face ao regimento, a permitir que se faça o julgamento político, quando efetivamente não há nada na política que tenha a ver com o assunto. Continuou referindo que não é responsável por nenhum dos deputados municipais, nem estes por si, assume as suas responsabilidades e, quando sai desta Assembleia, a sua vida é completamente particular, na Assembleia Municipal encontra-se num ato político, quando sai, responde pelos seus atos como qualquer cidadão deveria responder. Esta é uma questão que nesta sede não pode julgar, não pode de maneira alguma conceber que se esteja a constituir a Assembleia Municipal em tribunal para julgar um facto que, se envolve foro criminal, compete efetivamente ao foro

criminal. Este órgão político não tem o direito de estar a julgar nada nem ninguém que seja do âmbito ou do foro criminal, que tem de ser julgado por um tribunal judicial e não por este órgão político. -----

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 02, de 11 de janeiro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que neste período aquilo que a Câmara procurou fazer, foi dar continuidade e, considerando até as questões que se prendiam com os acontecimentos climatéricos que foram surgindo e com a quantidade de chuva que foi caindo que dificultou que algumas das obras tomassem o curso e fossem concluídas com a rapidez que a Câmara desejava, isso não foi possível. De qualquer forma a Câmara continuou a trabalhar dentro daquilo a que se tinha proposto. Inicialmente foi concluída a capela no cemitério, estando a ser arranjada toda a zona envolvente para depois se passar para uma outra obra. Em relação às Olarias, aguardou-se que o tempo começasse a melhorar para se começar a trabalhar, já lá andam a trabalhar e espera-se que dentro de pouco tempo aquele espaço tenha uma outra vista e seja agradável pelo menos para as pessoas que moram naquela zona. -----

De qualquer forma a Câmara teve sempre uma grande atividade, e essa sim é importante para a Autarquia, no âmbito social, continuando a acompanhar os problemas das pessoas que se dirigem à Câmara, continuou a ajudar as pessoas e a colaborar com a escola, precisamente para ter em atenção os alunos que pudessem ter, de alguma forma, alguma dificuldade no seu dia-a-dia e até na sua alimentação. Procurou estar sempre em cima dos acontecimentos e, na sua opinião, toda a atividade desenvolvida foi eficaz, na medida em que, atempadamente conseguiu resolver-se muitos dos problemas colocados. -----

A Autarquia procurou cooperar com todas as instituições que entraram em contacto e que tinham precisamente a mesma intenção, os mesmos objetivos, que era ajudar as pessoas a vencer este problema e esta crise a que estão sujeitos e para a qual se calhar não contribuíram nada. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo-se ao gabinete florestal e aos sapadores florestais pois apercebeu-se que está a ser feita limpeza dos terrenos nas proximidades das estradas. Há já alguns anos que este assunto tinha sido abordado numa assembleia municipal e acha muito bem que se esteja a realizar esta ação contudo, na estrada 244, os trabalhos, quando chegaram ao alto da Serra de Santa Clara, no limite da freguesia de Sardoal, pararam, questionando se houve algum motivo especial ou se os trabalhos só serão feitos na freguesia de Sardoal. -----

Continuou referindo-se à limpeza dos leitos na Lapa e na Rosa Mana, também noutra altura, este assunto foi abordado e a resposta dada foi que o Ministério do Ambiente não aprovava que fossem feitos trabalhos nos leitos destas duas ribeiras e, uma vez que, supostamente se vão fazer trabalhos, perguntou se a Câmara já tem as devidas autorizações. -----

Disse ainda o Senhor deputado, em relação ao mapa financeiro, que de facto, se verifica que algumas das rúbricas continuam a ter alguns acréscimos consideráveis, nomeadamente Estado e outras entidades públicas, que parecem estranhos. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo-se à limpeza e ao projeto que a Câmara defende, com os sapadores florestais, que a mesma não se consigna só à freguesia de Sardoal, como é evidente, é para todas as freguesias do concelho. Na zona de Alcaravela, quando se esbarrou na zona de intervenção das ZIF's, a Câmara não pode intervir porque as Zif's têm projetos aprovados e ela própria desenvolverá o projeto de limpeza das propriedades a que estão associadas, tendo de se ter algum cuidado porque não pode haver uma duplicidade de trabalhos, de qualquer forma, este projeto de limpeza é para continuar, esta primeira fase que está a ser desenvolvida vai ser continuada porque a Câmara já apresentou novas candidaturas, novos projetos para se poder continuar a fazer a limpeza e, na sua opinião, os resultados obtidos o ano passado são encorajadores para que se possa continuar. – Em relação à limpeza dos leitos das ribeiras, referiu que a Câmara teve muitas dificuldades para conseguir a autorização, muito especialmente na Lapa, precisamente para que se pudesse intervir, as pessoas não entendiam e foi necessário conversar com os responsáveis e as autorizações já chegaram e, espera-se que antes do próximo verão, mas também depende das condições climatéricas, avançar para arranjar e regularizar o leito da ribeira. -----

Continuou o Senhor Presidente sobre o mapa financeiro, dizendo que o mesmo fala por si e, aquilo que o Senhor deputado diz em relação ao Estado, esta situação irá continuar porque são verbas que entram e saem em qualquer momento e têm de aparecer sempre dessa forma.-----

2. Regulamento do Sistema de Alcoolemia;

Retirado da Ordem de trabalhos. -----

3. Análise do relatório da CPCJ 2012;

Retirado da Ordem de Trabalhos. -----

4. Designação dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo ter contactado algumas pessoas de forma a saber da sua suscetibilidade para integrarem esta Comissão. -----

Como é óbvio são situações que dão algum trabalho e algum melindre e todos sabem que não é fácil encontrar pessoas com essa disponibilidade, de qualquer das formas, sabia-se que das outras pessoas indicadas anteriormente, nomeadamente o Senhor Américo Falcão, por limite de mandato, não podia continuar e teria de ser substituído, tendo falado com a Senhora Jacinta Ramos, que mostrou vontade em continuar, com a Senhora Lurdes Roldão que também mostrou vontade em continuar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs os seguintes nomes: Jacinta Ramos, Lurdes Roldão, Inês Aparício e Luis Farinha, dado que são pessoas com as quais já contactou e se prontificaram a assumirem o lugar na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou as bancadas do PSD e do PS se não viam problema em aprovar esta proposta de nomes ou se tinham outros nomes em mente. -----

Interveio o Senhor deputado Mora de Campos dizendo que a bancada do Partido Socialista não se opõe a nenhum dos nomes, mas dado que é uma votação nominal, remete o assunto para o Regulamento e que será uma votação secreta. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que os elementos indicados pela Assembleia Municipal não serão para já, obrigatoriamente, membros da comissão restrita, depois existe uma reunião da Comissão, em que estão os elementos todos e que votarão entre si, quem é que irá integrar a comissão restrita, a complicação ou não das pessoas, será ou não resultante disto. As pessoas poderão nunca fazer parte da comissão restrita e esta é que tem efetivamente trabalho na assistência e acompanhamento dos processos, a alargada reúne simplesmente para eleger a restrita, nada mais do que isso e claro, fazer a análise e aprovar o relatório para o submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que o pouco que sabe deste tipo de comissões, o papel das pessoas que estão nas comissões restritas e nas comissões alargadas é um pouco variável de comissão para comissão, conhecendo situações em que, dentro das alargadas têm bastante atividade, sendo óbvio que o acompanhamento restrito nas situações é mais trabalhoso e mais melindroso porque se trata de contacto direto com situações complicadas, mas existem comissões em que as pessoas que integram a comissão alargada também têm um trabalho muito meritório e no âmbito da prevenção, um trabalho muito importante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs, como metodologia, dar a esta lista o nome de Lista A e quem concorda coloca "Sim" e quem não concorda coloca "Não". -----

Considerando a alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/ 99 de 01 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou, por maioria, com 13 votos a favor e 15 votos em branco, nomear os seguintes

cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e jovens de Sardoal: Senhora Jacinta Ramos, Senhora Lourdes Roldão, Senhora Inês Aparício e Senhor Luis Farinha.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que irá dar conhecimento do resultado à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 02, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

5.Compromissos assumidos no âmbito da autorização prévia aprovada pela A.M. em 28/09/2012 (Lei dos Compromissos).

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que foram feitos três contratos e de acordo com a lei teria de ser dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia para referir que esta situação é uma vantagem decorrente da lei dos compromissos, sendo benéfica para todos e para os deputados da Assembleia Municipal que têm assim, acesso a mais informação e que na sua opinião, é uma das grandes vantagens desta lei dos compromissos em vigor. -----

Considerando a proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2012, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento da lista dos compromissos plurianuais assumidas. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o munícipe Senhor Mário Jorge de Sousa referindo que por ter sido mencionado o seu nome, se vê na contingência de explicar o que se passou e de esclarecer os Senhores deputados municipais sobre a tão famosa carta, inclusive já tinha telefonado ao Senhor Vereador Pedro Duque, pessoa por quem tem consideração, dizendo que por si, o assunto estava acabado e esquecido, mas pelos vistos não está. Referiu ter ficado a saber das grandes preocupações do Partido Socialista para o concelho de Sardoal, numa Assembleia Municipal que é o órgão máximo do concelho, onde se discute os problemas estruturais para o concelho, tudo aquilo que diz respeito ao futuro das pessoas, os titulares eleitos pelo povo para esta Assembleia, do Partido Socialista, têm como grande preocupação dizer mal do Mário Jorge. Na sua opinião até será um ponto que poderá constar no seu programa eleitoral. Primeiro ponto, grande problema deste concelho, dizer mal do Mário Jorge, o que aliás é recorrente, porque se bem se lembram, já no mandato passado este caso aconteceu, um Senhor Vereador do Partido Socialista juntamente com outro salta-pocinhas, que também andava aí na política, meteram-lhe um processo no Ministério Público e perderam-no, o processo foi arquivado. -----

Continuou o município, informando que na reunião do executivo municipal de 20 de dezembro de 2012, os Senhores Vereadores do Partido Socialista entregaram uma declaração política, na qual teciam algumas orientações sobre o boletim municipal. Opiniões aceita, pois é tão democrata como um senhor ou senhora vereador ou deputado municipal, tem 41 anos de comunicação social, 24 de assessoria política e, logicamente que está imune a este tipo de coisas e, se fossem só opiniões não teria qualquer reação. Acontece que nessa declaração política aparece escrito a certa altura, que o boletim municipal omite deliberadamente os contactos de email institucionais dos Vereadores do Partido Socialista, mas acontece que não havia contactos de email institucionais, eles só foram criados na segunda semana de janeiro seguinte, portanto, como é que se vai omitir uma coisa que não existe. -----

Continuou o município referindo que considerou isto como uma injúria, uma omissão deliberada é uma injúria, é um crime, é uma coisa que se faz e isso é mentira e, na primeira parte da carta explica esta situação. Isso foi uma grave omissão e, foi o que o levou a escrever a carta pessoal ao Senhor Vereador Pedro Duque e, escreveu a este Vereador, porque ao outro, confessa, não lhe reconhece qualquer importância política nem tem qualquer consideração por ele, política, claro, pois pessoal não tem nada a ver. Isto foi o que aconteceu, uma omissão deliberada de uma coisa que não existe, feita numa declaração política dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, num órgão onde eles podem falar e o município não se pode defender pois não tem assento. -----

O município referiu ainda poder dar um exemplo do que é uma omissão deliberada, nomeadamente, no blogue do candidato do Partido Socialista, ele escreveu que foi eleito por unanimidade, pelos socialistas, para ser candidato à Câmara, mas teve uma omissão, se calhar deliberada, pois esqueceu-se de dizer que nessa assembleia estiveram presentes cinco ou seis pessoas, a grande multidão de cinco ou seis pessoas, que elegeram por unanimidade o candidato à Câmara do Partido Socialista. ---- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram nove horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____